

CERTIDÃO (MINUTA DA ATA)

LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

----- Certifica que da ata **da Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e catorze (Quadriénio 2013/2017)**, desta Assembleia Municipal, realizada no dia **vinte e nove de abril**, no auditório « **Paulo Quintela** », em Bragança, na qual participaram **os setenta e nove** membros que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta, as seguintes deliberações:**

QUORUM - Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, cerca das nove horas e trinta minutos, e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 30 DE JANEIRO DE 2014

Data	Remetente	Assunto
30/01	Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE	Informa que não há lugar à Representação da AM, no Conselho da Comunidade
03/02	CMB	Envia Resolução – Cuidados de Saúde e Financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste
04/02	Fernando Carlos Silva Paula	Solicitação de documentos e de informações sobre as eleições autárquicas de 29 setembro 2013
06/02	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Informa da constituição dos órgãos da CIM
11/02	Grupo Parlamentar do PS	Acusa receção da Moção “ Reorganização do Ensino Superior Português”
05/02	Comissão Protecção Crianças e Jovens de Bragança	Envia Relatório Anual de Atividades de 2013
07/02	Câmara Municipal de Elvas	Envia texto da “Moção em defesa dos Doentes oncológicos” e solicita a aprovação da mesma nesta AM
10/03	CMB	Solicitação de apoio jurídico –acomodação da recente legislação sobre o Regime

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

		Jurídico das Autarquias, no Regimento da AM
20/02	Grupo Parlamentar do PS	Acusa a receção da Moção “Ligação Aérea Bragança/Vila real/Lisboa”, e informa das diligências tomadas
13/03	Grupo Parlamentar de “Os verdes”	Acusa receção da Moção “ Reorganização do Ensino Superior Português”
19/03	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Envia tomada de posição sobre o encerramento do laboratório de apoio à atividade agro-pecuária de Mirandela
27/03	Ministro da Economia	Cusa receção da Moção – Transporte aéreo Bragança/Vila Real/Lisboa
27/03	CDU	Envia Pergunta sobre o horário dos funcionários da Autarquia, para ser remetida à CMB
07/04	Comissão Nacional de Eleições	Resposta ao ofício da AMB relativo ao protesto apresentado por Fernando Paula na Assembleia de Apuramento Geral no quadro da eleição AL 2013

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

Data	Destinatário	Assunto
07/02	CMB	Envio da certidão geral relativa à sessão de 4 de fevereiro/2014
10/02	CMB	Encaminhamento do requerimento enviado ao PMAM, por Fernando Paula, sobre “solicitação de documentos – Eleições Autárquicas de 29/setembro/2013”, para resposta aos pontos 1 a 5
11/02	CMB	Envio das senhas de presença e boletins itinerários referentes ao mês de fevereiro/2014
10/03	ANMP	Solicitação de informação – Eleição da Mesa da AM
10/03	CMB	Pedido de colaboração técnico/jurídica – Acomodação da recente produção legislativa sobre o Regime Jurídico das autarquias locais, no Regimento da AM

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

11/03	Fernando Carlos Silva Paula	Resposta à solicitação de documentos e informações sobre as eleições autárquicas de 29 setembro 2013
11/03	Líderes dos grupos municipais	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
11/03	Comissão Nacional de Eleições	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
11/03	Procurador da República-Tribunal Judicial Comarca Bragança	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
28/03	CMB	Envio da PERGUNTA feita pela CDU sobre o horário dos funcionários da Autarquia
31/03	CMB	Envio senhas de presença e boletins itinerários dos Membros da Comissão Permanente (fevereiro e Março/2014)
31/03	Diretor do Agrupamento Escolas Emídio Garcia	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	Diretor do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	Diretor do Agrupamento de Escolas Miguel Torga	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	CMB	Envio Ficheiro por assuntos – Deliberações da AM(Mandato 2009/2013)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:.....

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Luís Carlos Magalhães Pires; Maria de Fátima Renovato Veloso; Jorge Manuel Nogueiro Gomes; Sandra Marisa Rodrigues Valdemar e Jorge Humberto Lopes Marinho Sampaio.....

Presidentes de Junta de Freguesia:

Rebordãos - Fernando Francisco Gomes Rodrigues – Compareceu o substituto legal - Adriano Augusto Correia Rodrigues;.....

Sendas – Dinis Augusto Dias Pinela – Compareceu o substituto legal – Marco Paulo Jesus Frei;

Donai – Luís Aníbal Rodrigues Martins - Compareceu o substituto legal – Carlos Bruno Afonso.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PS: Pedro José Pires Rego; Armindo Augusto Lopes; Maria Aurora Correia, Patrício Teixeira Afonso; Orlando Augusto Matos Pontes e José Carlos Vasco Jecas.....

INSTALAÇÃO – Membros Suplentes - José Carlos Vasco Jecas (PS); Marco Paulo Jesus Frei (Substituto P. J. Sendas); Carlos Bruno Afonso (Substituto P. J. Donai).....

Ponto 1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:.....

- ata da Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 27 de dezembro de 2013;.....

- ata da Segunda Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 04 de fevereiro de 2014;.....

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FORAM AS ATAS SUBMETIDAS A VOTAÇÃO, TENDO SIDO:**

I – Primeira Sessão Ordinária – 27 de dezembro de 2013 - APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SESENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA MEMBROS PRESENTES.

II - Segunda Sessão Ordinária - 04 de fevereiro de 2014 - APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, NOVE ABSTENÇÕES E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.

----- Fez declaração de voto o Membro Bruno Viriato Gonçalves da Costa Veloso.....

PONTO 1– PÚBLICO – Período de Intervenção.....

----- Não houve intervenções.....

PONTO 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- **Vasco Cadavez – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

Considerando que:

- 1) A Portaria 82/2014, de 10 de abril categoriza os serviços e os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com as suas responsabilidades e quadro de

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

valências exercidas, e o seu posicionamento da rede hospitalar e procede à sua classificação;

- 2) A ULS Nordeste EPE é, nos termos da mesma, integrada no Grupo I;.....
- 3) O SNS deve garantir a “equidade no acesso dos utentes, com o objetivo de atenuar os efeitos das desigualdades económicas, geográficas e quaisquer outras no acesso aos cuidados” (alínea d. da Base XXIV da Lei Bases da Saúde;
- 4) À carteira de valências base do Grupo I podem ser acrescentadas outras valências, as quais são definidas de acordo com um mínimo de população servida e em função de mapas nacionais de referência e distribuição de especialidades médicas e cirúrgicas;.....
- 5) A FAQ’s (perguntas frequentes) constantes no portal da saúde que vieram interpretar o diploma;.....

Deliberou, por unanimidade, a Assembleia Municipal de Bragança, em 29 de Abril de 2014:

- a) Que para esta região os critérios regulamentares de definição das valências acrescentadas não se cinjam ao critério populacional, sob pena de, a ser único, comprometer a possibilidade de serem acrescentadas valências à carteira de valências base do Grupo I a que pertence;.....
- b) Uma vez que o diploma refere não interferir com o Serviço de Maternidade, admitir as valências de obstetrícia e neonatologia no Grupo I, sob pena de ser extinto o Serviço de Maternidade da ULS Nordeste EPE, ao contrário do que refere a Portaria;
- c) Adicionar às valências que podem ser acrescentadas ao Grupo I, a de Urologia (valência não prevista na portaria, mas curiosamente constante das FAQ's como valência a crescer), sob pena de ser extinta da área de influência da ULS Nordeste EPE, uma das valências chave para dar resposta às reais necessidades demográficas da população que serve;.....
- d) Todas as demais alterações que permitam a manutenção de todas as valências já existentes e que não dependam de um juízo discricionário da ARS;.....
- e) A inclusão da ULS Nordeste EPE no Grupo II.....

Mais se solicita que seja dado conhecimento imediato desta moção:.....

A Sua Excelência O Presidente da República;

A Sua Excelência O Primeiro-Ministro;.....

Ao Senhor Ministro da Saúde;.....

Ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte;

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P;
Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste;
Às Câmaras Municipais do distrito de Bragança;
Às respetivas Assembleias Municipais;
À Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;.....
Aos Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança;
À Comunicação Social;.....

Os subscritores,.....

1º Grupo Municipal do PSD
2º Grupo Municipal do PS
3º Grupo Municipal do Movimento Sempre Presente.....
4º Grupo Municipal do CDS.....
6º Grupo Municipal do PCP
7º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD
8º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS.....
9º Presidente da Junta de Freguesia de Gostei ”.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**.....

Fizeram declaração de voto os seguintes Membros: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida e António Eduardo Fernandes Malhão.

Vasco Cadavez – Apresentou, por escrito, a seguinte

“ MOÇÃO

----- A Direção de Serviços da Região Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DSRN-DGEE) apresentou proposta de encerramento definitivo de estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo com menos de 21 alunos, bem como da educação pré-escolar com menos de 20 crianças, com efeitos a 1 de setembro de 2014.....

----- Considerando que esta proposta demonstra um total desconhecimento da realidade da nossa rede escolar, do processo de reorganização que tem vindo a ser feito nos últimos anos e das condições a que as populações do nosso concelho estão sujeitas, em particular as nossas crianças.....

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

----- Considerando que uma proposta com estas características deveria ser debatida de forma concreta entre as instituições que têm responsabilidades nesta área, Câmara Municipal de Bragança, Direção de Serviços da Região Norte e Agrupamentos de Escolas, e serem analisadas, caso a caso, as propostas de encerramento.....

----- Considerando que o Município de Bragança tem desenvolvido uma acção pro-activa no que respeita ao procedimento da reorganização da rede escolar, tentando encontrar as melhores soluções para a população do concelho e aplicar, dentro do razoável, as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e Ciência.

----- Considerando que o processo de reorganização, desenvolvido nos últimos anos, conduziu ao encerramento da quase totalidade dos estabelecimentos de ensino na área rural. Os alunos que frequentam as escolas básicas, com 1.º ciclo e ensino pré-escolar, localizadas nestas áreas são provenientes de diversas localidades de uma área envolvente muito abrangente em termos territoriais.....

----- Considerando as excelentes condições físicas da Escola EB1 n.º 7 de Bragança (Cantarias) e o facto de receber alunos desta zona.

----- Considerando que a concentração de alunos na EB1 n.º 8 (Artur Mirandela) trará problemas ao serviço de refeições escolares, uma vez que a sala modular instalada junto a esta escola, onde são servidas as refeições, não tem capacidade de resposta para um número maior de alunos.

----- Considerando que crianças entre os 3 e os 5 anos serão obrigadas a percorrer vários quilómetros, em tempo demasiado longo para esta faixa etária, para frequentar outras escolas. Considerando que a informação transmitida pelo agrupamento de escolas no âmbito da preparação do procedimento de contratação dos transportes escolares aponta para um aumento do número de alunos no próximo ano letivo.

----- Considerando que a Escola EB1 n.º 11 de Bragança – Formarigos apresenta uma especificidade em termos pedagógicos e sociais que é necessário realçar e ter em consideração num processo de reordenamento da rede escolar. Esta escola é frequentada por 9 crianças institucionalizadas na Obra Kolping da Diocese de Bragança-Miranda, situada a cerca de 500m, e 8 crianças em risco de exclusão social.....

----- Considerando o importantíssimo papel da Escola EB1 n.º 11 de Bragança – Formarigos na socialização da comunidade de etnia cigana, envolvendo-a nas atividades realizadas na

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

escola e no acompanhando dos cuidados de higiene diária das crianças necessitam, permitindo que os mesmos sejam feitos nas instalações da escola.....

----- Considerando que o funcionamento dos Jardins de Infância, propostos para extinção, não representa acréscimo de despesa para o Ministério da Educação e Ciência, uma vez que funcionam em instalações do Município, que assume as despesas de funcionamento.

----- Considerando a vasta área geográfica que cada escola abrange e os longos percursos realizados, diariamente, pelos alunos, com condições climatéricas adversas e com uma duração excessiva para crianças desta faixa etária, resultado das características da nossa rede viária;

----- Considerando as condições adversas com que se debate o interior do país, a necessidade de coesão territorial e a sustentabilidade dos municípios que obrigam a que sejam consideradas medidas de exceção, próprias e diferentes da regra geral, no sentido de contemplar a especificidade dos territórios de baixa densidade, por forma a não agravar, com a política e visão centralista, a já muito frágil situação demográfica do interior;.....

----- Considerando que o Município de Bragança tem sempre procurado a estabilidade, a unificação e o diálogo entre instituições tendo sempre presente a preocupação com o sucesso escolar dos nossos alunos, com a estabilidade das suas famílias, com a rentabilização dos espaços físicos existentes, que dotou de todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento, e com a manutenção dos postos de trabalho dos docentes e não docentes;

----- Considerando que na Revisão da Carta Educativa do Concelho de Bragança, realizada em 2012, no âmbito da avaliação realizada e dos princípios de lhe estiveram subjacentes, foram propostos vários critérios a ter em conta no reordenamento da rede escolar, entre eles: “que as crianças do pré-escolar e do 1º CEB estejam o mais próximas possível das suas famílias”; “que nenhuma criança do pré-escolar se desloque durante mais de 10 km (20 ida e volta) e durante mais de 25 minutos (50 ida e volta)”; “que nenhum aluno se desloque mais de 18 km (36 ida e volta) para aceder à escola do 1º CEB”; que nenhum aluno se desloque durante mais de 40 minutos para percorrer esses 18 km” e “que, sempre que uma criança não seja abrangida pelos critérios anteriores, se mantenha aberto um estabelecimento de ensino o mais próximo possível daquela”.....

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Bragança vem por este meio:.....

- 1) manifestar total oposição à proposta da DSRN-DGEE de encerrar os Jardins de Infância de Gimonde e de Salsas, a EB de Parada (com JI e 1.º ciclo), a EB n.º 7 (Cantarias) e a EB n.º 11 (Formarigos);.....
- 2) manifestar total desacordo se a fusão dos códigos da EB1 e do JI de Santa Comba de Rossas levar à perda de importância e de serviços dos dois equipamentos escolares.....

Todos os grupos Municipais desta Assembleia aprovam, por unanimidade, esta moção, dando conhecimento imediato:

----- A Sua Excelência O Presidente da República;.....

----- A Sua Excelência O Primeiro Ministro;

----- Ao Senhor Ministro da Educação e Ciência;

----- Ao Senhor Diretor de Serviços da Região Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;

----- Aos Senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança;

----- À Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes;

----- À Comunicação Social.”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.....

----- **Fez declaração de voto o Membro Alcídio Augusto Castanheira.....**

----- **António Morais – Apresentou, por escrito, a seguinte**

**“ Moção
Os Baldios são do Povo**

----- A recente proposta de Projecto Lei dos Baldios discutida e votada na Assembleia da República, no pretérito dia 2 de Abril, é, antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos.

----- A Lei dos Baldios, conquista de Abril, volta a estar na ordem do dia, ontem sob o interesse em transferir a propriedade baldia para a propriedade privada das autarquias, hoje,

ML

Cartidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

sob a arrogância incontida contra a propriedade comunitária e os direitos ancestrais das comunidades e seu legítimo património.....

-----Esta proposta de alteração à lei dos Baldios pretende descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar, os extinguir. Pretende ainda, subverter o conceito de comparte, estendendo-o a todos os cidadãos da Freguesia, espoliando as comunidades locais do que é seu, há séculos.

-----Tenta-se culpabilizar os órgãos gestores pela inexistência de gestão dos baldios, insinua-se que o recrudescimento de conflitualidade na delimitação dos baldios e nas verbas cativas à ordem do Estado é culpa das comunidades locais, afirma-se que os baldios deixaram de ser um complemento da actividade agrícola, que estão mal aproveitados e mal geridos, diz-se que os baldios não estão a produzir os benefícios idealizados.

-----Esta argumentação revela um completo desconhecimento das competências e obrigações do Estado deste e de anteriores Governos e ministérios da Agricultura.....

Considerando que por atribuir direito aos baldios a quem não tem ou pode não ter, segundo os usos e costumes, direito a eles, este projecto é inconstitucional;.....

-----Considerando que a lei diz: “ao Estado compete tecnicamente a execução dos programas anuais de trabalho relativo à instalação, condução e exploração dos povoamentos, à construção e conservação de infra-estruturas, ao melhoramento e exploração de outros recursos endógenos nas áreas baldias”;

-----Considerando que esta proposta de lei ofende e afronta a honra e o trabalho dos Conselhos Directivos de Baldios e Assembleias de Compartes;

-----Considerando que esta proposta de lei é uma monstruosidade legislativa e constitucional e um retrocesso nos direitos dos povos que pode influenciar o aumento da emigração na nossa região;

-----Considerando que esta proposta, juntamente com o decreto lei 96/2013, que regula a Arborização e Rearborização no território nacional, pode influenciar negativamente a

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

preservação da diversidade da floresta na nossa região e favorecer as grandes empresas industriais da pasta de papel e celulose;.....

----- Considerando que a manifestação, do passado dia 3 de Abril em frente à Assembleia da República evidencia a rejeição, por parte dos compartes e legítimos proprietários dos Baldios, desta proposta de lei.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 29 de Abril de 2014, delibera:

1 – Rejeitar esta e qualquer proposta de alteração à Lei dos Baldios que vise expropriar os povos serranos;

2 - Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta alteração legislativa, em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local;

3 - Exortar e mobilizar as populações para a luta em defesa dos Baldios e contra a sua privatização e descaraterização;

4 - Apelar a todos os autarcas, aos compartes, conselhos directivos e Assembleias de Compartes e à população para o prosseguimento da luta e das diversas acções, contra esta e qualquer proposta de alteração da propriedade dos Baldios.

a) O eleito da CDU – António Morais ”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E UM VOTOS CONTRA, VINTE E QUATRO ABSTENÇÕES E UM VOTO A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fizeram declaração de voto os seguintes Membros:** Telmo Ramiro Prada Afonso; Pedro José Pires Rego; António Alberto Vaz Pereira Morais e Henrique da Costa Ferreira.

PONTO 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 3.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea c) do nº.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 04 de fevereiro de 2014.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 - Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período de 1 de janeiro a 31 de março de 2014, a execução bruta do Orçamento da receita é de 19,2% (*i.e.* de 6.528.950,13€), para um Orçamento da despesa paga de 15,59% (*i.e.* de 5.280.607,38€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de março de 2014, uma execução financeira de 11,11% (*i.e.* de 1.021.864,33€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 955.032,43€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 66.831,90€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções económicas, com um valor de despesa paga de 494.704,31€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 12,57% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 4,18%.

O passivo da autarquia regista em 31 de março de 2014 uma dívida a terceiros de médio e longo prazo de 6.410.064,61€ (uma diminuição de 321.705,02€, ou seja, de – 4,78 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 4.689.752,33€ (uma diminuição de 314.686,90€, ou seja, de – 6,29 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013). A evolução global da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março de 2014 uma diminuição de 636.391,91€, ou seja, de – 5,42 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.

Foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 115.551,07€.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

1.2-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.2.1. Serviço de Expediente Geral e Arquivo

Foram tratados 160 documentos em suporte de papel, 850 documentos na aplicação informática de atendimento e registadas 1120 faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto, foram emitidos 8 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.

Atendimento ao público

O Balcão Único de Atendimento, nas suas mais diversas vertentes e serviços, nomeadamente urbanismo; águas e saneamento; ação social; transportes; e demais atividades de atendimento que são realizadas ao nível de outros serviços e departamentos municipais, tais como feiras, mercados, execuções fiscais, cemitérios, parqueamentos automóveis, etc, no período em referência, apresenta os seguintes resultados, ao nível de atendimento: Urbanismo: 1.122; águas e saneamento: 2.202; ação social e outros:760; transportes: 784; Foram encaminhados e atendidos uma média de 4.867 munícipes, registando um tempo médio de atendimento de 04:10 minutos e um tempo médio de espera de 06:09 minutos.

Serviço de Arquivo

Desde o dia 05 de Março de 2014, as Técnicas afetas a este Arquivo têm elaborado todos os documentos inerentes ao processo da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), tendo por objetivo a certificação deste serviço. Procederam, ainda, ao apoio à investigação, em curso, sobre a obra “Bibliografia do distrito de Bragança”, da autoria do Dr. Hirondino da Paixão Fernandes.

1.2.2 . Serviço de Recursos Humanos

Para além das normais tarefas do Serviço, esta Secção procedeu ao acompanhamento dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado: - 1 Técnico Superior- área de atividade- Geografia e Planeamento Regional-Período experimental; - 1 Técnico Superior- área de atividade - Comunicação Social; - 1 Assistente Operacional- área de atividade - Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais; - 3 Assistente Operacional- área de atividade- Limpeza das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Relações Públicas; - 1 Assistente

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Operacional- área de atividade - Manutenção das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Engenharia de Produção Animal (Matadouro Municipal); - 8 Assistentes Operacionais (Matadouro Municipal); - 1 Assistente Operacional/Encarregado Operacional (Matadouro Municipal).

Processos de aposentação em curso, a aguardar resposta da C.G.A.: 6 processos.

Acompanhamento de 8 processos, no âmbito pessoal do afeto ao centro de emprego com Contrato Emprego Inserção, nas áreas de Serviços Gerais, Ação Educativa e Apoio à Infância e distribuição do correio.

Ao abrigo da Candidatura, Contrato Emprego Inserção-Património, para 20 processos, foram colocadas 13 pessoas, distribuídas pelas diversas unidades orgânicas da autarquia.

Acompanhamento de estágios profissionais, não remunerados/curriculares: 2 no Departamento de Serviços e Obras Municipais; 7 na Divisão de Ambiente, Águas e Energia; 2 na Divisão de Logística e Mobilidade; 1 na Unidade de Desporto e Juventude; 2 no Serviço de Informática; 2 na Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social.

Foi desenvolvido todo o processo relativo a cinco ações de formação, sobre os temas:

- “Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro- Freguesias”, que se realizou em Bragança, direcionada para as Juntas de Freguesia de Bragança, num total de 39 participantes.
- “Seminário: Delegação de Competências Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais” em Coimbra, na qual participaram 5 trabalhadores.
- “Seminário: A Prestação de Contas e a Responsabilidade Financeira das Autarquias Locais” no Porto, na qual participaram 2 trabalhadoras.
- Formação AITA “Curso de Refrescamento/Aperfeiçoamento Inglês Aeronáutico para Agente de Tráfego de Aeródromo”, em Lisboa, no qual participaram 2 trabalhadores.
- Curso “Protocolo Autárquico”, no Porto, no qual participou 1 nomeado.

Serviço de Informática

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Desde o dia 01 de março e até à presente data destaca-se a realização das seguintes atividades:

- **Faturação de contribuintes:** No âmbito da obrigatoriedade de emissão de fatura para todas as prestações de serviços, foi implementada uma solução que permite gerir toda a faturação emitida na Autarquia. Sendo o módulo de faturação de contribuintes transversal a várias aplicações, foi necessário parametrizar as aplicações que emitem faturas e transmitir conhecimentos aos utilizadores para uma correta utilização. Abrangeu as seguintes aplicações: Faturação de contribuintes, Faturação Diversa, Pocal, Águas, Publicidade, Rendas, Obras Municipais, Ensino, Feiras e Mercados, Cemitérios e Contratação Pública.

- **Renovação de imagem de websites:** Está a decorrer um projeto que visa proceder à renovação da imagem dos websites da Autarquia. Numa primeira fase estamos a proceder à renovação dos websites da Câmara e do Teatro. Foi desenvolvida uma nova conceptualização gráfica para os dois sites. Os conteúdos estão a ser revistos pelos serviços para serem reorganizados segundo as novas áreas. Finalmente proceder-se-á à migração de conteúdos para o novo site e à formação de utilizadores.

Implementação de uma rede sem fios com gestão centralizada: Foi implementada uma solução que permite gerir centralmente todos os pontos de acesso sem fios. Passou a existir um acesso sem fios livre para convidados e um acesso com autenticação, para os colaboradores da autarquia. Deste modo facilmente se disponibiliza acesso a todos os que tenham dispositivos móveis (telemóveis, tablets, portáteis).

Upgrade de software Office e Windows: Está em curso a atualização de software em parte do parque de equipamento da autarquia. Consiste em atualizar o software Microsoft Office e o Sistema operativo Windows para as versões mais recentes.

Implementação de software de gestão informática: Está em curso a implementação de aplicações de gestão do parque informático. Trata-se de software essencial para que o Serviço de Informática possa gerir equipamentos e software, abrangendo o inventário de equipamentos, a monitorização da rede, a gestão de backups e a gestão de máquinas.

Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ): Tem vindo a ser dada continuidade ao processo de certificação de serviços através da norma ISO 9001:2008. Os procedimentos e práticas estabelecidas têm vindo a ser cumpridos. Em 2014 foi decidido incluir duas novas áreas no âmbito do SGQ: Biblioteca Municipal e Arquivo.

Assessoria jurídica e contencioso: Prestou apoio nas seguintes áreas: Habitação social; Património; Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

2 - Divisão de Educação, Cultura e Ação Social

2.1. Serviço de Educação e Ação Social

Educação

Tendo em vista a instalação do Conselho Municipal de Educação para o mandato autárquico 2013-2017 desenrolou-se o processo de eleição dos representantes do pessoal docente do ensino secundário público, do ensino básico público e da educação pré-escolar pública no Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alíneas c), d), e e), do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua redação atual. O ato eleitoral realizou-se no dia 25 de março de 2014, nas escolas sede dos Agrupamentos de Escolas, conforme o procedimento adotado para o ato eleitoral e o cronograma com as etapas do processo eleitoral aprovados na reunião ordinária da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014. Estando indicados e eleitos os representantes das entidades com assento neste órgão proceder-se-á, brevemente, à sua instalação e dar-se-á início à sua atividade.

No âmbito do programa de “Controlo de Salubridade” das Cantinas do Pré-escolar e 1.º CEB, foram visitadas três unidades recetoras das refeições escolares (abrangendo um total de 280 refeições) e as instalações onde são confeccionadas, diariamente, as refeições escolares de 470 alunos.

No final do segundo período letivo usufruíam de suplemento alimentar 292 alunos do 1.º ciclo do ensino básico integrados no 1.º escalão do abono de família de crianças e jovens da segurança social.

Deu-se início ao processo de divulgação e abertura das candidaturas ao serviço de refeições escolares, manuais escolares e prolongamento de horário para o ano letivo 2014/2015, para os

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

alunos do 1º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança.

No mês de março participaram nas sete sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 177 alunos do 1º ciclo do ensino público e privado concelho.

O Município de Bragança colaborou, ativamente, com a Universidade de Aveiro na passagem por Bragança do RoadShow de Literacia Financeira, apoiando a realização da Exposição Interativa de Educação Financeira, que esteve disponível, nos dias 25, 26 e 27 de março de 2014, nas instalações do Edifício Paulo Quintela, em Bragança, dirigida a jovens dos 7 aos 17 anos e público em geral, com o principal objetivo de sensibilizar e mobilizar a população para questões da literacia financeira, contribuindo para a formação de uma geração mais informada e mais consciente dos desafios financeiros do dia-a-dia. Cerca de 500 alunos das escolas do Concelho de Bragança, dos 7 aos 17 anos, puderam, assim, aprender um pouco mais sobre educação financeira.

No período de fevereiro a abril os representantes do município nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram numa reunião em cada um dos conselhos.

Ação Social

Desde o início do mês de fevereiro até ao início do mês de abril de 2014, realizaram-se cerca de 100 atendimentos sociais, nos quais se analisaram diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

Foram realizadas 15 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e para avaliação social (visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, Bairro dos Formarigos, União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, Rio Frio, Quinta de Vale Prados, Zoio, Sanceriz, Macedo do Mato, Alfaião, Mós, Paçó de Mós e Gondesende).

Os atendimentos sociais efetuados às famílias incidiram sobre as seguintes solicitações: atualização processos de habitação social dos três bairros sociais; pequenas reparações em

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

imóveis pertença do município (habitação social); beneficiação habitacional na zona urbana e rural; apoio alimentar e para aquisição de medicação; articulação com a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Bragança para encaminhamento e análise de situações irregulares; dívidas de renda e de consumos de água; isenção do cartão do Município; ação Social Escolar; solicitação de atribuição de tarifário de famílias carenciadas; pedidos de mudanças de titularidade dos imóveis de habitação social, pelo falecimento ou abandono do primitivo arrendatário.

No âmbito da habitação social decorreu, nos meses de fevereiro e março, a atualização de dados dos processos dos agregados familiares residentes em habitação social com vista a obtenção de informação sobre a composição do agregado familiar, apuramento de rendimentos, sinalização de situações de deficiência/doença crónica e sobrelotação e para encetar o processo de atualização de rendas.

Foi dado início ao processo de organização da IV Feira de Emprego, Educação e Solidariedade de Bragança envolvendo os parceiros Associação Académica do IPB e o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires.

No âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança (CPCJ), os técnicos do Serviço de Educação e Ação Social participaram em 2 reuniões da comissão, nas modalidades restrita e alargada.

Os técnicos do SEAS participaram, ainda, em 5 reuniões do NLI – Núcleo Local de Inserção Social, órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, para aprovação e homologação de Contratos de Inserção (CI), participação na elaboração do Plano de Ação de 2014, análise de constrangimentos ao cumprimento dos CI e conseqüentemente à autonomização dos beneficiários RSI.

No âmbito do trabalho desenvolvido na Rede Social do Concelho de Bragança assinala-se a realização de uma reunião, no dia 4 de abril, com a presença de elementos da direção do Centro Social e Paroquial de S. Lourenço (Quintela de Lampaças) - CSPSL, no âmbito do pedido de parecer à Rede Social para criação de nova resposta social, Centro de Noite (CN), de uma

ML

Cartidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

reunião em 07/04/2014 com a presença de elementos da direção da Cáritas Diocesana de Bragança, no âmbito do pedido de apoio à Rede Social para avaliação das condições existentes para criação de novas respostas sociais, designadamente, Centro de Apoio à Vida (CAV), Centro de Acolhimento Temporário (CAT), de uma reunião do Núcleo Executivo (11/04/2014) sobre o pedido de parecer do CSPSL e a participação numa reunião da Plataforma Supra Concelhia da Rede Social, em Bragança (31/03/2014). Encontra-se em preparação da 24.ª Sessão Plenária do CLAS-Rede Social de Bragança que ocorrerá brevemente.

2.2. Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea- No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 22 de março, e estará patente até 28 de junho, a exposição “Ensaio Sobre a Cegueira” - escultura, vídeo e desenho - de Bernardí Roig.

Apresentada pela primeira vez em Portugal, é dominada pelas esculturas inteiramente brancas de tamanho natural e com fortes conotações realistas, a que associa elementos como as lâmpadas fluorescentes cuja intensidade branca, ao invés de facilitar, impossibilita a visão.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição “Cadernos da Montanha”, pintura e desenho, onde frutos, flores silvestres ou tubérculos são alguns dos referentes que abrem simultaneamente a obra a territórios de silêncio, de sensualidade e fertilidade ou tão-somente à passagem cíclica das estações.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março foram realizadas 41 visitas guiadas e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2.956 pessoas, na sua maioria portugueses (2.778) e espanhóis (150), sendo 1007 no mês de janeiro, 777 no mês de fevereiro e 1172 em março.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje- Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 968 pessoas, sendo 370 referentes a fevereiro e 598 a março. Neste período foram realizadas 9 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança - Durante os meses de janeiro, fevereiro e março realizaram-se 24 espetáculos, com 45 sessões. No mês de fevereiro, a taxa de ocupação foi de 73,80%, com

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadrinénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

1.820 espetadores, e o mês de março contou com 76,30% de taxa de ocupação e 2.347 espetadores.

De destacar mais uma edição do “27 - VINTE e SETE” - Festival Internacional de Teatro que pelo 10.º ano consecutivo se realiza em Bragança e Vila Real.

No seu habitual e programático ecletismo, o festival integra grandes clássicos da dramaturgia universal e textos de autores contemporâneos, levados à cena por algumas das companhias e atores mais relevantes do panorama nacional, como as peças Édipo (de Sófocles) pelo Teatro do Bolhão, À Espera de Godot (de Samuel Beckett) pelo Ensemble, Caso Hamlet, Macbeth, A 20 de Novembro e Os Bolsos Cheios de Pedras. A outra participação estrangeira na edição de 2014 do festival é M3, um espetáculo de humor gestual apresentado pelo espanhol Mr. Kubik.

Para o público infantil estão agendadas duas produções: Uma História Desafinada, Ou Nem Por Isso, pelo Teatro das Beiras, e A Cidade Verde e a Cidade Azul, uma peça coreográfica da companhia Quorum Ballet.

Biblioteca Municipal - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. No mês de janeiro foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 20 monografias e efetuada a correção de 6481 registos (no sentido de uniformizar os registos catalogados com a Biblioteca Nacional é necessário proceder à correção de 4 campos na nossa base de dados), em fevereiro 45 monografias catalogadas e 8806 registos corrigidos e em março 217 monografias catalogadas e 3015 registos corrigidos.

Durante o mês de fevereiro registaram-se 1735 utilizadores e no mês de março 1580.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 477 crianças em fevereiro e 536 em março.

Nos dias 17 e 18 de março, integrada na programação da “Semana da Leitura” decorreu a atividade “O Escritor vai à Escola”, no âmbito da Rede de Bibliotecas de Bragança, com a escritora infantil Sílvia Maria Teixeira Alves que desenvolveu atividades sobre a sua obra nos Agrupamentos de Escolas de Bragança e na Escola de Izeda.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Biblioteca Adriano Moreira- Nos meses de janeiro (78), fevereiro (77) e março (124) registámos a presença de 279 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições - Desde o dia 31 de janeiro estão patentes, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, a exposição de pintura “Seus Amores / Amores Meus”, de Manuel Duarte Ferreira, a partir da obra “Meus Amores”, de Trindade Coelho e a exposição “Desenho a várias mãos”, de J. Freire e companhia, constituída por 61 trabalhos desenhados por 51 crianças e finalizados, posteriormente, pelo artista João Carlos Freire.

Outras atividades:

Nos dias 1, 3 e 5 de março realizou-se a V edição do Carnaval dos Caretos. Do programa constava o desfile “Carnaval dos Caretos”, que teve de ser cancelado devido às condições climatéricas, a “Luta da Galhofa” e a “Queima do Diabo” que se realizaram na Praça Cavaleiro de Ferreira, ao início da noite do dia 1 de março, e foram presenciadas por um elevado número de espetadores. O evento contou com o apoio da Academia Ibérica da Máscara e do Instituto Politécnico de Bragança.

No dia 3 de março, no Pavilhão Clube Académico de Bragança decorreu a Festa “Carnaval Jovem”, com a DJ Carolina Torres, numa organização da Câmara Municipal em parceria com as Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas.

Na Quarta-feira de Cinzas, e como encerramento do programa, deu-se a saída do “Diabo, Morte e Censura” pelas ruas da zona histórica da cidade dando continuidade ao retomar da tradição iniciada em 2012.

No Dia Mundial da Poesia, a 21 de março, crianças dos Agrupamentos de escolas do Concelho de Bragança deram cor e vida à zona histórica da Cidade de Bragança.

A Praça da Sé foi transformada no principal palco da maior parte das atividades executadas e apresentadas pelos mais pequenos. António Lopes Vieira, Alice Vieira, Carlos Paião, Jorge Sena, Alice Gomes, Gomes Leal, Almada Negreiros, Miguel Torga e Fernando Pessoa foram alguns dos autores representados. O dia contou, ainda, com diversas instalações executadas pelos alunos das Escolas de Bragança.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

No dia 12 de abril, realizou-se uma caminhada que assinalou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios cujo tema para o corrente ano é “Lugares de Memória”. Participaram 55 pessoas que, para além da componente desportiva, tiveram oportunidade de visitar e interpretar, com a ajuda da arqueóloga da Câmara Municipal, alguns “lugares de memória” do concelho, como o Centro de Memória do Forte S. João de Deus e os vestígios do Forte de São João de Deus, o Tojal dos Pereiros (sítio de interesse geológico), a Ponte de Areães, o Pelourinho e a casa da Cadeia de Gostei, a Torre Velha (sítio de interesse arqueológico) e o Mosteiro de Castro de Avelãs, e os fornos da cerâmica do Campo Redondo (sítio de interesse da arqueologia industrial).

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

Para além das normais tarefas incumbidas a esta Unidade, foram realizadas 5 caminhadas no meio rural (Nogueira, Carrazedo, Grijó de Parada, Macedo do Mato, Meixedo), com uma média de 80 participantes, inseridos no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”.

Está, ainda, a decorrer o projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abranger todos os munícipes com mais de 65 anos, nas Freguesias de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na de São Julião de Palácios, com uma média de 20 participantes e na do Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

Dia 6 de Abril, decorreu um passeio de BTT, inserido no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”, que contou com 137 inscritos que percorreram 47 km.

No dia 11 de abril, à noite, realizou-se a X Maratona de Hidroginástica – Hidro By Night, na Piscina Municipal de Bragança. Munidas com pulseiras luminosas e ao som de ritmos animados, cerca de 50 pessoas, de todas as idades, participaram na iniciativa promovida pelo Município de Bragança.

Quanto ao número de utilizadores dos equipamentos desportivos municipais durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, na Piscina Municipal verificou-se um total de 19.595 utilizadores, no Pavilhão Municipal 8.820 utilizadores, no Campo do IPB 3.386 utilizadores, no Campo do CEE 8.132 utilizadores, no Estádio Municipal 1.278 utilizadores, no Pavilhão Bancada 2.187 utilizadores e na Pista de Atletismo 225 utilizadores.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Durante o período de 01 de março a 14 de abril, foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1175 turistas. A nacionalidade com maior expressão é a espanhola com um número de 472, representando 40,2% dos visitantes. Os franceses, com um número total de 255 visitantes, correspondem a 21,7%. Os alemães contabilizam-se, até ao momento, 100 e correspondem a 8,5% do total. Os nacionais, curiosamente com o mesmo número dos outros países, têm cada um o número total de 174 visitantes correspondendo a cada 14,8% do número total de turistas que entraram no Posto Municipal de Turismo.

A Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social tratou, ainda, da congregação de material promocional sobre o concelho para que, em articulação com a Associação de Municípios da Terra Fria, pudesse ser distribuído na Bolsa de Turismo de Lisboa de 12 a 16 de março; Fez o acompanhamento do trabalho de Caracterização da Terra Fria Transmontana e Construção do Atlas – Guia da Rota da Terra Fria – Associação de Municípios da Terra Fria; Colaborou, com a Delegação do Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios, do Turismo do Porto e Norte de Portugal, na redação e congregação de informação subordinada aos seguintes temas: Miradouros a Norte de Portugal; Agenda Festas e Romarias no Norte de Portugal; Agenda de Festivais de Jazz, Música Clássica e Música Sacra. Cooperou, ainda, com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal na cedência de informação para respetiva divulgação sobre as atividades promovidas pelo município – Feira das Cantarinhas e Artesanato.

Com o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular na divulgação dos eventos promovidos pela autarquia. Verificou e atualizou os conteúdos inerentes à reformulação da página web do Município; Preparação a logística inerente à realização da Feira das Cantarinhas e participou no 1.º Encontro de Técnicos dos Postos de Turismo da zona fronteiriça na Puebla de Sanábria. No dia 22 de Março, fez-se uma visita guiada à zona histórica de 99 professores do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto.

Ainda no âmbito das atividades da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Diocese de

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Bragança-Miranda/Pastoral de Turismo, com o objetivo de promover e dinamizar o turismo religioso.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Neste período, foram abertos três concursos no valor de 72 600,00€+IVA: - Beneficiação e Pavimentação das vias Municipais - E.M. 524 Grijó de Parada a Carocedo e C.M. 1046 à E.N. 524 a Freixedelo - Trabalhos Complementares (20.000,00€+IVA); - Ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança (40.600,00€+IVA); - Elaboração de projeto de recuperação e adaptação de dois edifícios para a instalação das Conservatórias do Registro Predial e Comercial, e Civil, no Centro Histórico (12.000,00€+IVA).

No mesmo período, foram efetuados trabalhos de beneficiação de fogos dos bairros sociais.

Divisão de Logística e Mobilidade

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, através do parque de máquinas municipais, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais em Izeda, Calvelhe, Serapicos, Sendas, Rebordainhos, Quintela, Salsas; à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e caminhos rurais do concelho; à manutenção de pavimentos na rede viária municipal; à limpeza de lixo depositado em bermas e valetas das estradas. Encontrando-se em fase de conclusão os trabalhos de alargamento da estrada Municipal 1061 e da CM 1062 Mós/Valverde/Paredes.

No que concerne à Mobilidade, no período em análise, o serviço de transporte de turismo efetuou 64 viagens, transportou 2.624 passageiros, percorrendo 11.520 kms. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Relativamente aos Parques de estacionamento, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 5,5 % em relação ao ano anterior.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2013, podemos concluir que ao aumento da procura na utilização do estacionamento,

principalmente no subterrâneo, poderá ser consequência da estratégia municipal de dinamização e animação do centro histórico.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

Neste setor, foram executados trabalhos de reparação de ruturas e de edifícios da Câmara Municipal, verificou-se 27 ações de desobstrução de coletores e 29 de limpeza de fossas.

Continuam em curso, e a bom ritmo, as obras de construção da Barragem de Veiguinhas, após 18 anos de suspensão.

Na Zona Industrial das Cantarias (Rua Arquiteto Viana de Lima), foi ampliada a rede de abastecimento de água. Em Alfaião, executou-se a caixa no furo e foi colocada a caixa de contador para pedir a baixa. Em Baçal, colocaram-se caixas à cota e arranjou-se o caminho para posterior desobstrução da rede de saneamento.

Está, ainda, em execução a empreitada “Saneamento e construção de ETAR nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos”, com um valor da adjudicação de 601.149,61€ + IVA.

Em fase de análise está a empreitada “ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança”.

A Divisão de Ambiente, Águas e Energia tem, ainda, em execução o concurso para aquisição de serviços para a “Reparações dos apartamentos no Bloco D, 1º Entrada, 2º Esq, Bloco D, 3º Entrada, r/chão Dt. E Bloco F, 2º Entrada, 2º Dt.”.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

1. Manutenção Urbana: Manutenção de sinalética vertical em perímetro urbano. Pintura de 24 passeadeiras com tinta bi-componente. Inspeção, fiscalização e manutenção de espaços de jogo e recreio - Levantamento exaustivo de todos os equipamentos no concelho, para elaboração e proposta de renovação e encerramento de espaços. Desenvolvimento de inúmeras ações de montagem de desmontagem de palcos, apoio a eventos culturais e afixação de publicidade.

2. Parques Infantis: Foram realizados trabalhos de manutenção dos parques infantis da área urbana, tendo sido intervencionados os parques infantis do Eixo Atlântico, os quais foram alvo de ações de vandalismo.
3. Gabinete Técnico Florestal: - Elaboração de candidatura ao Fundo Florestal Permanente, Eixo Sensibilização e Informação-Campanhas destinadas à população escolar; - Divulgação para todas as Juntas de Freguesia e em dois jornais locais de informação sobre a obrigatoriedade de execução das faixas de gestão de combustível (FGC); - Elaboração de nova cartografia de risco de incêndio (CRIF), segundo diretivas e esclarecimentos do ICNF; - Colaboração com a GNR-GIPS num projeto-piloto de identificação de proprietários de terrenos nas FGC dos 100m dos aglomerados; - Elaboração do Plano Operacional Municipal-2014; - Organização da reunião da CMDFCI realizada em 10 de abril 2014; - Atendimento de diversos munícipes para esclarecimentos sobre matérias relacionadas com a DFCI; - Participação reunião do Plano Ação Nacional de Combate à desertificação (PANCD); - Participação no Seminário Ocupação Dispersa-CCDR-N; - Participação na reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta.
4. Controlo de animais errantes e direção técnica do Canil Intermunicipal: No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 129 canídeos e 7 felídeos, dos quais 23 foram adotados e 9 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública. Durante o mês de março a direção técnica do canil foi da responsabilidade da médica veterinária do município de Bragança.
5. Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; - Apoio na manutenção do estádio municipal, corte de relva, transporte e marcação do campo; Plantação de 430 árvores de alinhamento; Plantação de sebe com 250 arbustos no circuito do turismo; Arranjo paisagístico de um canteiro no Nicho do Bairro do Campelo; Requalificação paisagística dos espaços verdes da Fundação “Os Nossos

Livros”, com colocação de sistema de rega automático. Comemoração do Dia da Árvore, com arranjo paisagístico do Loteamento Vale Churido e plantação de 70 árvores.

4.3. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Assegurada a manutenção de todos os equipamentos municipais no âmbito do setor de eletrotecnia geral.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- Comemoração dos 550 anos de Bragança Cidade (a nona mais antiga do País), no dia 20 de fevereiro, com apresentação do IX volume da Bibliografia do distrito de Bragança, da autoria de Hironidino da Paixão Fernandes e coautoria de Rosa Cadime e Sónia Neves, técnicas do Município de Bragança.

Seguiu-se a cerimónia de atribuição da medalha “Brasão de Ouro do Município”, a António Jorge Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Bragança de 1998 a 2013, por ter liderado um projeto de dignificação e afirmação de Bragança no sistema urbano regional e nacional. Foi-lhe, também, conferido o título de “Cidadão Honorário de Bragança”.

- De 21 a 23 de fevereiro realizou-se o Festival do Butelo e das Casulas, organizado pelo Município de Bragança, que foi um verdadeiro sucesso. O espaço dos produtores locais (instalado na Praça da Sé e que foi a principal novidade do evento) foi uma aposta ganha e recebeu a visita de cerca de 5.000 pessoas da região, do Norte do País e, sobretudo, de Espanha para adquirirem butelos, casulas, fumeiro e produtos regionais aos 14 expositores presentes.

- O Município de Bragança foi dado como exemplo no que toca à adoção de “Boas Práticas” durante um workshop, que decorreu na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), no dia 17 de março, tendo sido apresentado, como exemplo de boas práticas em Municípios XXI, o Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes, editado pelo Município de Bragança.

- Comemorou-se, uma vez mais, o Dia Mundial da Árvore, no dia 21 de março, envolvendo, para tal, dez escolas do Concelho de Bragança. O local escolhido para acolher as atividades do Dia

Mundial da Árvore foi o Loteamento Vale Churido, onde cerca de 300 crianças plantaram 70 árvores e colocaram placas alusivas às espécies plantadas.

- Celebrou-se, também a 21 de março, o Dia Mundial da Poesia, cujas atividades decorreram no Centro Histórico da Cidade de Bragança.

- No dia 29 de março, o Município de Bragança aderiu à Hora do Planeta, tendo desligado as luzes das instalações (no Forte S. João de Deus), do Castelo e da Domus Municipalis.

- O Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, Nuno Vieira e Brito, acompanhado do Presidente da Câmara Municipal de Bragança e do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Manuel Cardoso, visitaram, em março, uma Quinta e empresa de produtos regionais e tradicionais em Alfaião, no Concelho de Bragança.

- Decorreu, no dia 1 de abril, na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, o Conselho Municipal de Segurança.

- Realizou-se, no dia 3 de abril, na Praça da Sé, uma ação de demonstração de bicicletas elétricas, organizada pela Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste - Corane, com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança. Uma iniciativa inserida no programa de cooperação Qualificação do Turismo Ativo.

- O Município de Bragança homenageou, no dia 3 de abril, a Companhia “Teatro de Garagem”, por ocasião do seu 25.º aniversário, com a colocação de uma placa evocativa no Teatro Municipal de Bragança.

- Foi inaugurado, no dia 6 de abril, o altar campal do recinto da Festa de São Lázaro, também conhecida como Festa das Laranjas. A estrutura foi apoiada pelo Município de Bragança em 20 mil euros.

- No dia 7 de abril, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança reuniu com a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, no sentido de definir as formas de colaboração para apoiar o processo de autonomização das vítimas de violência doméstica aquando da saída das casas de abrigo.

- Decorreu, no dia 12 de abril, a abertura da 15.ª edição da Feira do Folar de Izeda com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

- No dia 13 de abril o Embaixador da Albânia, Edmond Trako, e o Cônsul Honorário da Albânia no Porto, Valdemar Gonçalves, foram recebidos, no Salão Nobre do Município de Bragança.
- Teve lugar, no dia 15 de abril, a apresentação da Feira de Artesanato (30 de abril a 4 de maio) e da Feira das Cantarinhas (2 a 4 de maio), que se realizará no Centro Histórico de Bragança.
- No dia 16 de abril realizou-se uma reunião de trabalho com os comerciantes do centro histórico de Bragança.

Município de Bragança, 23 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,
Hernâni Dinis Venâncio Dias”

----- Tomado conhecimento.

----- **Pedro Nogueiro – Apresentou, por escrito, a seguinte**
“Moção

----- Considerando que a Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações constituiu um Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado – GT IEVA, com o objetivo de definir projetos e recomendações que, nos próximos sete anos, contribuam para potenciar a competitividade da economia nacional e do tecido empresarial, sem negligenciar a coesão territorial.....

----- Considerando que no dia 29 de janeiro de 2014 foi publicado o relatório final, elaborado pelo GT IEVA, que define um total de 30 projetos prioritários ao nível das infraestruturas a implementar durante a vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, num universo de 89 projetos analisados, entre uma lista prévia de 238 potenciais investimentos indicados pelo Governo.....

----- Considerando que no documento divulgado, cerca de 85% do investimento definido como prioritário, no montante global de 4.312,70 milhões de euros, é canalizado para o Litoral, deixando o interior, uma vez mais, abandonado e entregue a si próprio, a tender para um vazio demográfico e económico, fruto de políticas centralistas que, ao longo dos anos, têm levado o País ao empobrecimento e à concentração de três quartos da população e quatro quintos da economia numa estreita faixa do litoral, que representa um terço do território nacional, o que

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

faz de Portugal um dos países mais desiguais da Europa não só em termos do rendimento das famílias, mas também no que concerne às regiões.

----- Considerando que a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 13.º, refere-se ao Princípio da Igualdade, concretizado e materializado ao nível do ordenamento do território pela Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, com as alterações preconizadas pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 3.º onde se refere que cabe ao Governo: 1) reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.

----- Considerando que nesse relatório não consta qualquer referência à continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanábria, corredor reivindicado pelo Município de Bragança, há mais de uma década e meia, e por várias entidades e intuições locais de León, Zamora e do Nordeste Transmontano de Portugal.

----- Considerando que o Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 deverá ser uma oportunidade para o Estado Português definir um novo paradigma de desenvolvimento para o interior do país, como sendo um desígnio de estratégia política, que tem que considerar o território fronteiriço, como espaço de oportunidade, e assentar numa visão de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir maior coesão social, económica e territorial e proporcionar ao país ganhos de competitividade e de modernidade.

----- Considerando que a Agenda Territorial Europeia 2020, aprovada em maio de 2011 pelos Ministros da UE responsáveis pelo ordenamento do território, define, de entre as seis prioridades territoriais, promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado, assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes, melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas, e integrar territorialmente as regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais.

----- Considerando que a estratégia da UE para a coesão económica, social e territorial dos seus Estados-Membros entre 2014 e 2020 define como prioridade, no âmbito da cooperação transfronteiriça e transnacional, a valorização das infraestruturas de transporte, através do

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

apoio a um planeamento coerente e ao desenvolvimento de transportes modais mais sustentáveis em regiões geográficas mais alargadas e, em regiões menos desenvolvidas, uma especial atenção à criação de ligações transfronteiriças que permitam superar estrangulamentos de fluxo de transportes.

-----Considerando que o Programa “Norte 2020”, desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, enumera um conjunto de propostas estratégicas ao nível das conectividades, alinhadas com a Estratégia Europeia 2020, que visem um crescimento sustentável, através, entre outras, do incremento de novas relações de complementaridade transfronteiriça funcional, em domínios como a organização logística e a articulação multimodal de transportes, nomeadamente entre Bragança – Puebla de Sanábria.....

-----Considerando que o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, em declarações proferidas em Madrid, em meados do mês de janeiro de 2014, afirmou que as ligações transfronteiriças são prioridade para aumentar a competitividade.

-----Considerando que a 30 de julho de 1998 foi assinado o Protocolo entre a Junta de Castela e Leão e a CCDR-N, no qual se acordava a realização do estudo no sentido de avaliar o tipo de ligação a concretizar entre o IP4 em Bragança e a A52 (Autovia das Rias Baixas) em Puebla de Sanábria.

-----Considerando que, no ano de 2002, com a revisão do Plano Rodoviário Nacional (P.R.N.2000) foi incluída a construção do IP2 de Bragança à fronteira (ligação Bragança - Puebla de Sanábria).

-----Considerando que, em 27 de Março de 2009, se procedeu à adjudicação, pela segunda vez, do projeto de execução de requalificação das EN 218, 218-3 e 308 entre Bragança e Rio de Onor, sessão presidida pelo então Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Dr. Paulo Campos.

-----Considerando que a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, após a conclusão da A4 – Autoestrada Transmontana, com a necessária construção do Túnel do Marão, ficará com uma rede rodoviária consolidada e estruturante que assegurará um reposicionamento estratégico,

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

aproximando-se dos espaços litorais e respetivos centros urbanos principais e, ao mesmo tempo, abrirá portas de conexão com os principais corredores europeus de comunicações, através da integração na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), criando uma rede de transportes europeia verdadeiramente multimodal.

----- Considerando que, para que essa realidade se concretize, importa assegurar a conclusão efetiva de canais de ligação entre Bragança e a rede rodoviária principal de Espanha, nomeadamente através do prolongamento do IP2 até Puebla de Sanábria (A-52), dado que só assim a região transfronteiriça assegurará a correta inserção na rede transeuropeia de transportes multimodal.....

----- Considerando que esta ligação até à fronteira e, conseqüentemente, até Puebla de Sanábria reveste-se de fulcral importância para garantir o caráter multimodal desta integração na RTE-T, dado que conseguiria assegurar um acesso rápido e eficaz à Rede Ferroviária de Alta Velocidade (com a estação do AVE em Puebla de Sanábria), garantindo assim uma tripla integração modal da região na RTE-T (modo rodoviário, ferroviário e aéreo).....

----- Considerando que para a prossecução dessa intermodalidade é, também, fundamental que o Aeródromo Municipal de Bragança evolua para Aeroporto Regional, dotando esta infraestrutura das condições necessárias para a criação de uma unidade logística vocacionada para a distribuição e, assim, atrair mais investimento industrial para a região, gerador de riqueza e emprego.

----- Considerando que o prolongamento da ligação rodoviária Bragança-Puebla de Sanábria, em território espanhol até León, possibilitaria a criação de um novo corredor internacional capaz de ligar a cidade do Porto ao Norte da Europa, através da fronteira de Irún.

----- Considerando que este eixo transfronteiriço e internacional, além de estruturar o Noroeste peninsular, serviria para canalizar, total ou parcialmente, o grande trânsito de mercadorias entre os principais portos do Norte Atlântico (Leixões e Vigo) e da Costa Cantábrica (Gijón, Santander e Bilbao), e estabeleceria, também, através da autoestrada de Burgos, a ligação com Zaragoza e Barcelona, assegurando a conexão da região aos principais corredores rodoviários no Norte de Espanha, com ligação a França.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

----- Considerando que este corredor captaria entre 20 a 40 por cento do tráfego pesado que cruza, atualmente, as fronteiras de Verín e de Salamanca, e permitiria o encurtamento de 70 km no percurso rodoviário entre a cidade do Porto e Irún, representando uma importante poupança energética e um menor impacto ambiental do transporte de mercadorias e de passageiros, contribuindo para a competitividade deste tipo de transporte.....

----- Considerando que o itinerário entre León e Bragança é o único que resta para a ligação entre a A4-IP4 (Porto-Vila Real-Bragança) e as vias espanholas A231-AP1-A8 (León-Burgos-Vitória-Irún).

----- Considerando que a fronteira, a mais extensa e antiga na Europa, que nos une ao único país vizinho, nosso principal parceiro comercial, continua a ser um espaço despovoado, envelhecido, periférico em termos produtivos, com uma economia débil e com insuficiente capacidade de atração de novas iniciativas produtivas, e de retenção de talentos.....

----- Considerando que o desenvolvimento do interior do país é um desígnio de estratégia política, que deve considerar o território fronteiriço, como espaço de oportunidade, e assentar numa visão de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir maior coesão social, económica e territorial.....

----- Assim,

----- Pelos considerandos supra referidos vem a Assembleia Municipal de Bragança propor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, a inclusão como projectos prioritários e infra-estruturas de elevado valor acrescentado, no quadro de apoio comunitário 2014-2020, a execução da continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanábria e a expansão do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional.

- Que a presente moção seja enviada às principais entidades e instituições locais, regionais, nacionais e fronteiriças.....

a) Pedro Nogueiro”

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES. .

----- Fizeram declaração de voto os seguintes Membros: Henrique da Costa ferreira e Bruno Viriato Gonçalves da Costa Veloso.

PONTO 3.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 - Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2013 e Proposta de Aplicação de Resultados;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Sr. Presidente da Câmara, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2013 apresenta um ativo líquido no valor de 209.133.741,08 euros, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 28.148.588,81 euros e proveitos no montante de 30.341.536,99 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.192.948,18 euros.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2013, os seguintes valores: Um total de recebimentos no valor de 39.182.552,18 euros, que compreendem 1.479.374,95 euros do saldo da gerência anterior, 36.123.602,24 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 26.362.093,72 euros, receitas de capital no montante de 9.757.029,20 euros e o valor de 4.479,32 euros relativo a outras receitas) e 1.579.574,99 euros, de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 37.121.555,75 euros, correspondendo 35.540.836,69 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.716.908,51 euros e 15.823.928,18 euros de despesas de capital), e 1.580.719,16 euros, relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 2.060.996,43 euros, a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 743.933,37 euros referente à execução orçamental e 1.317.063,06 euros, referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.192.948,18 euros, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 109.647,41 euros e o restante no valor de 2.083.300,77 euros, para reforço do Património.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

“Em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, apresenta-se os documentos que integram a Prestação de Contas do Município de Bragança, relativos ao ano de 2013. O Relatório de Gestão procura clarificar quanto às origens das receitas e natureza das despesas do Município de Bragança, bem como o enquadramento face à sua situação económica e financeira.

São, igualmente, apresentadas as Contas Consolidadas (Relatório e Mapas de Prestação de Contas) do Município de Bragança que, juntamente com as contas individuais, foram objeto de auditoria e certificação legal por parte de uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Da análise aos documentos atrás enunciados e pese embora o facto de o contexto macroeconómico verificado em 2013 se continuar a apresentar desfavorável, o Município de Bragança apresenta resultados positivos, os quais evidenciam o esforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Para isso contribuíram as medidas impostas pelo Executivo Municipal que, face ao agravamento da crise financeira que o País atravessa e à substancial quebra das receitas provenientes da participação dos municípios nos impostos diretos do Estado, continuou a aplicar cortes nas despesas que representavam desperdício e inadequada gestão dos recursos, nomeadamente materiais e financeiros. Deste modo, garantiu-se o cumprimento na adequação dos compromissos assumidos face aos recursos financeiros disponíveis.

Em termos genéricos e de um modo sintetizado, refere-se os principais resultados:

O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 89,91%;

As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 66,18% e 104,65%, respetivamente;

O acréscimo da receita corrente de 18,84%, face ao ano de 2012. Este crescimento advém essencialmente de receitas fiscais, nomeadamente por força do aumento dos impostos diretos (IMI e IMT); das transferências correntes (FEF corrente) e, ainda, da venda de bens e serviços correntes que registam, face ao ano anterior, um crescimento de 10,65%;

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

A receita de capital, inferior em 19,40% relativamente a 2012, ou seja, cerca de 2,3 milhões de euros tem, fundamentalmente, origem na variação negativa das transferências de capital (FEF de capital e apoios comunitários);

As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 88,31% e 88,87%, respetivamente;

As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 6,6 milhões de euros, representando um aumento face a 2012 de 11,89%, ou seja, de 0,7 milhões de euros. Este comportamento é justificado pela imposição legal na reposição do subsídio de férias, bem como pelo aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações em 5%. As despesas com pessoal representam 34% das despesas correntes e 18,67% das despesas totais;

As despesas com a aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos decresceram, face a 2012, 3,39% (i.e. 0,4 milhões de euros) e 31,99% (i.e. cerca de 80 mil euros), respetivamente;

Os passivos financeiros reduziram, comparativamente a 2012, 21,89%, ou seja, cerca de 0,3 milhões de euros;

A aquisição de bens de investimento, transferências de capital e ativos financeiros cresceu, face ao ano anterior, 5,8%, ou seja, 0,8 milhões de euros;

Constata-se que as receitas correntes superaram em 6,6 milhões de euros as despesas correntes, suportando uma fatia significativa do investimento;

A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) inferior a 60 dias, objetivo proposto e atingido;

A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2012, em 4,72%, ou seja, em 0,6 milhões de euros. Em 31.12.2013 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,7 milhões de euros (-7,18% face a 2012) e a dívida de curto prazo fixou-se em 5 milhões de euros (1,19 % face a 2012);

O cumprimento dos limites, face à capacidade de endividamento, impostos pela lei em vigor. A situação do Município de Bragança (incluindo o SEL), face aos limites de endividamento de médio e longo prazo, ainda detém uma margem disponível de 11,8 milhões de euros e face aos limites de endividamento de curto prazo ainda detém uma margem disponível de 1,2 milhões de euros;

Em termos patrimoniais o Balanço da Autarquia sofreu um incremento global de 4,3 milhões de euros, ou seja, 2,13% face a 2012;

O resultado líquido do exercício económico de 2013 é de 2,2 milhões de euros;

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Deu-se cumprimento ao objetivo de redução do número de trabalhadores, imposto pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de dezembro de 2013 o número de trabalhadores do Município de Bragança fixava-se em 363, ou seja, menos 10 efetivos do que em 31 de dezembro de 2012.

Apesar das dificuldades, quer ao nível dos sacrifícios impostos por via dos cortes salariais e aumento da carga fiscal por parte da administração central, quer pelo facto de o ano 2013 ter sido um ano atípico devido à necessidade de mudança dos serviços para os novos edifícios sede do Município, com todos os problemas e constrangimentos inerentes a este processo, quero deixar uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os trabalhadores e dirigentes do Município pela atitude de elevado sentido de responsabilidade manifestada, tendo colocado o seu total empenho e dedicação para que o relacionamento e o atendimento aos cidadãos não tivesse sido minimamente afetado, cumprindo os objetivos definidos.

Também uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados, nomeadamente os que mais diretamente se relacionaram com o Município: Presidentes das Juntas de Freguesia, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do concelho, sempre com uma atitude positiva na defesa dos interesses das populações, cuja colaboração com o Município se revelou profícua; às Instituições com as quais mantivemos uma relação de proximidade, aos prestadores de serviços e fornecedores de bens e às empresas.”

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à discussão e votação, tendo os Srs. Vereadores, apresentado as seguintes declarações de voto:

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Estes documentos refletem perspetivas de gestão distintas das que eu defendo para este município.

Já no ano anterior referi, que sendo a prestação de contas constituída por documentos muito extensos apenas um fim de semana para a sua análise é pouco tempo.

Gostaria que no próximo ano os documentos fossem entregues mais atempadamente, de forma a permitir uma análise mais profunda, e poder votar favoravelmente.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Após uma leitura breve, o mais atenta possível, já que a manifesta falta de tempo para preparar tão responsável tarefa que constitui a análise dos Relatórios de Contas 2013, bem assim como os Relatórios de Contas das extintas empresas municipais Mercado e Terra Fria Carnes e outros documentos, concluímos o seguinte:

O aumento das receitas correntes deve-se ao aumento significativo dos impostos diretos de cerca de 20,31% em relação ao ano de 2011 e 2012, passando de 4.492.335,52 euros e 4.615.122,54 euros para 5.552.245,80 euros, como refere o quadro n.º 5 da página 19, o que demonstra bem o agravamento dos impostos municipais sobre imóveis e o imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, contrariando a propagandeada descida da taxa de IMI, como o executivo de então nos fez crer.

Assim como a venda de bens e serviços correntes como água, recolha de resíduos, eletricidade passaram de 5.177.726,17 euros de receita em 2012, para 5.729.289,19 euros, o que perfaz um aumento de 10,65%, com certeza refletido nos bolsos dos munícipes que se queixam dos contínuos aumentos das tarifas de água e resíduos.

Já na rubrica taxas multas e outras penalidades, houve um agravamento de cerca de 22,35% de 2011 para 2012, passou de 958.277,16 euros para 1.172.407,99 euros; e cerca de 14,01% de 2012 para 2013, passando de 1.172.407,99 euros para 1.336.695,81 euros.

Daqui se concluiu que o aumento das receitas correntes se deve essencialmente ao esforço dos munícipes que ano após ano são levados a pagar mais, através do aumento dos impostos e também das taxas, multas e tarifas, que o município vem praticando.

Aliás, estas receitas, transferências correntes, juntamente com as de capital provenientes essencialmente de apoios comunitários, constituem o grosso da estrutura da receita, segundo o documento distribuído, sendo responsáveis por 73,74% dos fundos do orçamento da receita.

Assim, e a continuar a diminuição “abrupta” das receitas de capital, podemos estar perante um cenário de hipotéticos aumentos das receitas correntes nas suas várias vertentes, dando continuidade ao aumento significativo da carga fiscal sobre os munícipes, como é referido na pág. 35 deste documento “em trâmites financeiros houve um acréscimo significativo das receitas fiscais e das receitas próprias de financiamento o que provoca um efeito positivo na dita, saúde financeira”.

Estamos pois perante um documento iminente técnico que reflete bem as orientações políticas que os anteriores executivos tiveram ao longo dos diversos mandatos, sobre as quais sempre manifestámos o nosso desacordo.

Assim, não tendo diretamente qualquer responsabilidade executiva no plasmado no documento, votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

“Esta análise dos Srs. Vereadores à questão dos impostos não reflete a decisão do atual executivo municipal, a deliberação tomada nesta matéria já com o atual executivo, só irá ter reflexo na prestação de contas de 2014.

O aumento que refere tem a ver com a atualização do valor patrimonial, efetuada pelo Serviço de Finanças, nas quais o executivo não tem intervenção.

Quando foi deliberada a descida das taxas do IMI foi uma atitude positiva.

Sobre o aumento da rubrica – multas e penalidade, esta aplicação decorre da lei, pelo que não conseguimos controlar as decisões dos munícipes.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, duas abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo e um voto contra do Sr. Vereador Humberto Rocha, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2013, bem como aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013, respetivamente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexos

Documentos de Prestação de Contas/2013 – Consolidação de Contas/2013 ”

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.....

----- Fez declaração de voto a Membro Maria Isabel Barreiro Ribeiro.....

PONTO 4.2.2 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas Relativas ao Ano de Exercício de 2013;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE EXERCÍCIO DE 2013

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”*.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadrinénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que *“Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL”*, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente Portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 foi considerado como “ano zero”.

Assim e em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 46.º e n.º 2 do artigo 47.º, ambos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais (LFL), é presente a consolidação de contas do Município e certificação legal de contas consolidadas do ano de 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, duas abstenções dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, a proposta do Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013. Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submete-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, não existem no Concelho de Bragança empresas de Revisores Oficiais de Contas que pudessem prestar este serviço à Câmara Municipal?

Solicito, ainda, listagem de todos os processos e serviços prestados pela Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro e pelo Consultor jurídico, Dr. Leonel Gonçalves.”

Intervenção dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“No documento apresentado com o título “Município de Bragança – Relatório e Contas Consolidadas 2013”, na página 24, no último parágrafo é escrito o seguinte que passamos a citar: “As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2013 – sobre os quais coube recursos para os tribunais competentes – o valor global considerado previsível é de 9.714.178,45 euros.” Que processo são estes que se encontram pendentes, sobre os quais o Município apresentou recursos para os tribunais competentes?

Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Srs., Vereadores

Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, este assunto já foi presente numa Reunião de Câmara anterior, na qual o Sr. Vereador não esteve presente e foi deliberado renovar o contrato com esta empresa, estando o mesmo sujeito à redução remuneratória nos termos legais.

Relativamente à listagem, solicitada, da Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, a mesma já foi entregue também numa reunião anterior na qual o Sr. Vereador, Humberto Rocha, também não esteve presente.

No entanto em próxima Reunião de Câmara, será entregue a listagem de todos os processos e serviços prestados pelos consultores jurídicos, Dr. Luís Filipe Chaveiro e Dr. Leonel Gonçalves.

Quanto às provisões para riscos e encargos que respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2013, as mesmas constavam da listagem já fornecida relativamente à Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, na sequência do solicitado.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

II – Anexo II

Relatório e Contas Consolidadas 2013 ”

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.....

----- Fez declaração de voto a Membro Maria Isabel Barreiro Ribeiro.....

PONTO 4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económico-Financeira Reportado a 31 de Dezembro de 2013 e Certificação Legal de Contas; ...

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económico – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2013, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores,
ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier ”

II – ANEXO III

Análise Económico-financeira – Dezembro 2013 ”

-----Tomado conhecimento.....

PONTO 4.4.1– Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano de 2014;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2014

Pelo Departamento de Administração Geral e Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao exercício de 2013 no valor de 743 900,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:

1. O reforço, no montante de 100 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/020201 - Aquisição de Serviços (Encargos de Instalações);

2. O reforço, no montante de 153 900,00 euros, da dotação da rubrica 0501/020225 - Aquisição de Serviços (Outros Serviços);

3. O reforço, no montante de 270 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 7/2008 – Passeios Diversos na Cidade;

4. O reforço, no montante de 50 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 6/2007 – Apoio à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho;

5. O reforço, no montante de 110 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050102 associada ao projeto do PAM n.º 7/2007 – Apoio à Construção de Centros de Convívio (Freguesias);

6. O reforço, no montante de 60 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 10/2007 – Apoio à Construção de Centros Sociais e Paroquiais.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2014, teve um aumento de 743 900,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 34 611 700,00 euros. O PPI teve um aumento de 270 000,00 euros passando a dotação global a ser de 7 862 700,00 euros. O PAM teve um aumento de 220 000,00 euros passando a dotação global a ser de 1 846 900,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo IV

1.ª Revisão ao Orçamento – Receita, despesa, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal ”

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

PONTO 4.4.2 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Aquisição de Serviços na área de seguros – 2014 A 2016.

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS - 2014 A 2016

Pela Divisão de Logística e Mobilidade foi presente, a seguinte informação:

“Na prossecução da atividade autárquica torna-se necessário proceder à abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços na área de seguros - concurso público, conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - uma vez que o procedimento em vigor termina a 10 de agosto do corrente ano.

O valor estimado da despesa a efetuar, por ano, é de cerca de 96.992,71 €, isento de IVA - valor que já inclui a redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, por força da aplicação do n.º 1 do artigo 73.º da referida lei, na percentagem de 12% ao custo anual estimado de 110.218,99 euros.

Considerando que o contrato pode ser objeto de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 2 anos, respeitando o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 440.º (aplicável ex vi o art.º 451.º) do CCP, se não for denunciado, por qualquer das partes, e que o valor global estimado da despesa a efetuar para o referido período é de cerca de 193.985,42 euros, isento de IVA;

Considerando que a presente aquisição de serviços implica a assunção de compromissos plurianuais conforme previsão de custos a seguir indicada:

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Custo anual estimado: 96.992,71 euros

Ano de 2014 - 23.111,60 euros;

Ano de 2015 – 96.992,71 euros;

Ano de 2016 – 73.881,11 euros.

Considerando ainda que, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Em face do acima exposto, propõe-se que a informação em apreço seja remetida à Exma. Assembleia Municipal, a fim de esta deliberar no sentido de conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais, para a aquisição de serviços na área de seguros para os anos de 2014, 2015 e 2016.

Tal despesa está inscrita, em termos de orçamento municipal para o ano de 2014, na rubrica 0102/020212 - Seguros, a qual evidencia, na presente data, um saldo para cabimento de 49.890,60 euros. Os fundos disponíveis em 08/04/2014 totalizam o montante de 2.608.285,95 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro ”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.

PONTO 4.4.3 – Comemoração dos 10 Anos do Teatro Municipal de Bragança – Descontos e Convites;

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DO TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA - DESCONTOS E CONVITES

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte Informação

“Na tentativa de mais captação de público num ano em que o Teatro comemora 10 anos, avançamos algumas propostas que vêm nesse sentido e que integram a campanha já iniciada em 2012 - “Combata a crise - Vá ao Teatro”.

DESCONTO = IDADE (%)

Aplicável a maiores de 60 anos

IDADE MAIOR

Todos os que têm idade igual ou superior a 75 anos e devidamente comprovado são nossos convidados.

Propõe-se ainda alguns incentivos para captação de novos públicos:

RECEPÇÃO AOS CALOIOS DO ENSINO SUPERIOR

Todos sabemos do impacto económico que tem o ensino superior em Bragança. A chegada anual de centenas de alunos à nossa cidade dinamiza o comércio, os pequenos negócios, os serviços. Dinamiza a economia local. Os estudantes são uma mais valia incontornável – vamos recebê-los: ao longo do mês de Outubro em colaboração com o GIAPE (gabinete de imagem e apoio ao estudante) do IPB daremos as boas vindas à comunidade

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadrinénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

académica disponibilizando 100 entradas em todos os espetáculos do TMB que aconteçam nesse mês.

RECEPÇÃO AOS ALUNOS EM ERASMUS E AOS ALUNOS ORIUNDOS DA CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Estes alunos em trânsito serão nossos embaixadores quando regressarem aos seus países de origem. Levarão com eles o nome da cidade e tudo o que ela lhes deu e proporcionou. Por isso entendemos que estes alunos em particular deverão ser nossos convidados nos espetáculos TMB desde que devidamente identificados.

PROTOCOLOS MB / ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

Ao abrigo de todos os protocolos estabelecidos e a estabelecer com a Câmara Municipal de Bragança e Associações todos os que pertencerem a essas associações e disso façam prova na compra dos bilhetes, terão um desconto de 50% em todos os espetáculos.

PROTOCOLOS MB / IPSS

Todas as instituições de solidariedade social do concelho através de protocolo a assinar com a Câmara Municipal terão entradas livres para os seus utentes nos espetáculos do Teatro Municipal de Bragança.

A introdução de dois novos descontos na alínea I) “Combata a crise - Vá ao Teatro” do artigo 12.º Teatro Municipal de Bragança, da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, - Teatro Municipal de Bragança - “Desconto = Idade” e “Idade Maior” bem como a introdução de quatro novos itens na referida tabela, são competência da assembleia municipal, conforme previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, para o efeito, propõe-se o aditamento ao artigo 12.º do Capítulo IV – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, DE RECREIO E OUTRAS - Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, com a seguinte redação:

CAPITULO IV

Artigo 12.º - Teatro Municipal de Bragança

I) Combata a Crise – Vá ao Teatro!

I.1) (...)

I.2) (...)

I.3) (...)

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

I.4) (...)

I.5) (...)

I.6) DESCONTO = IDADE (%)

I.6.1) Aplicável a maiores de 60 anos

I.6.2) IDADE MAIOR

I.6.2.1) Todos os que têm idade igual ou superior a 75 anos e devidamente comprovado são nossos convidados

I.7) RECEPÇÃO AOS CALOIROS DO ENSINO SUPERIOR

I.7.1) Oferta de 100 entradas em todos os espetáculos do TMB que aconteçam durante o mês de outubro.

I.8) RECEPÇÃO AOS ALUNOS EM ERASMUS E AOS ALUNOS ORIUNDOS DA CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

I.8.1) Estes alunos em trânsito serão convidados nos espetáculos do TMB desde que devidamente identificados.

I.9) PROTOCOLOS MB / ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

I.9.1) Desconto de 50% em todos os espetáculos

I.10) PROTOCOLOS MB / IPSS

I.10.1) Todas as instituições de solidariedade social do concelho através de protocolo a celebrar com o Município de Bragança, terão entradas livres para os seus utentes nos espetáculos do TMB.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos da alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do citado diploma.

Intervenção do Sr. Vereador, Octávio Fernandes

O Sr. Vereador registou a necessidade de criar um grupo teatral de ação pedagógica, com atuação junto da população escolar dos ensinos básicos e secundários, onde o palco é a escola.

O teatro desenvolve competências em variadíssimas áreas, transmitindo conceitos morais e éticos. Amplia a dimensão cultural e molda o desempenho de cidadania. Oferece incentivo e apoio por parte da Câmara Municipal.”

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 4.4.4 – Apoio às Freguesias;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Pelo Sr. Presidente foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos de apoio às Juntas de Freguesia, respetivamente:

Junta de Freguesia de Espinhosela, através do ofício ref.^ª 09, datado de 19.02.2014, a Junta de Freguesia de Espinhosela solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.000,00€, para pagamento de trabalhos realizados com a construção do Bar/Salão de Festas de Santa Rita, em Terroso.

Mais se informa que a presente obra foi adjudicada pelo montante de 73.119,57 euros, tendo a Comissão de Festas participado o valor de 10.000,00 euros, a Junta de Freguesia

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

aplicou a verba prevista no Plano e Orçamento para o ano de 2013 (7.400,00 euros) e a Câmara Municipal, na reunião de 23 de fevereiro de 2013, deliberou atribuir o valor de 55.719,57 euros.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 562.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.487.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1133).

União de Freguesias de Rio Frio e Milhão, através de ofício, com data de entrada de 11.11.2013, a União de Freguesias de Rio Frio e Milhão solicitou um apoio financeiro, no valor de 25.000,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação da Rua de S. Roque, em Paço de Rio Frio.

A presente obra foi adjudicada pelo montante de 28.630,50 euros, tendo o processo administrativo de contratação pública sido acompanhado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem Cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 553.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.478.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1135).

Junta de Freguesia de Rabal, através do ofício ref.º 48, datado de 11.09.2013, a Junta de Freguesia de Rabal solicitou um apoio financeiro, no valor de 1.000,00 euros, para pagamento de terreno adquirido para construção da ETAR de Rabal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 528.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.453.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1138).

Junta de Freguesia de Nogueira, através do ofício datado de 10.03.2014, a Junta de Freguesia de Nogueira solicitou um apoio financeiro, no valor de 20.000,00 euros, para construção das fundações do polidesportivo.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 20/2007 “Apoio à construção e melhoria de polidesportivos (...)”, com uma dotação inicial de 100.000,00 euros, estando nesta data com um

saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.452.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1136).

Junta de Freguesia de Serapicos, através do ofício datado de 24.01.2014, a Junta de Freguesia de Serapicos solicitou um apoio financeiro, no valor de 8.100,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largo em Vila Boa de Carçozinho.

O custo total da obra foi de 14.392,38 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 6.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.432.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1137).

Junta de Freguesia de Donai, através do ofício datado de 08.04.2014, a Junta de Freguesia de Donai solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.600,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largos nas aldeias de Donai e Sabariz.

O custo total da obra foi de 14.900,00 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 5.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de cabimento de 54.900,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.424.567,99 euros (Compromisso n.º 2014/1139).

Questões colocadas pelos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Junta de Freguesia de Espinhosela

A Câmara Municipal de Bragança já efetuou o pagamento no valor de 55.719,57 euros? Se sim, o valor total do apoio passa a ser de 64.719,57 euros? Somando as partes, o custo total da obra cifra-se em 82.119,57 euros?

Junta de Freguesia de Nogueira

Não existe um Polidesportivo em Nogueira? Esta verba serve para melhoria do polidesportivo existente?”

Resposta do Sr. Presidente às questões colocadas

Sim, a transferência da verba atribuída já foi efetuada.

Relativamente ao Polidesportivo de Nogueira e considerando que o atual não oferece condições de utilização de verão/inverno, torna-se assim necessário criar infraestrutura que permita a sua utilização ao longo de todo o ano.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) e para os efeitos da alínea k), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha

“Considerando que grande parte destas obras já se encontram executadas, seria de todo conveniente que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, submetessem antecipadamente à Câmara Municipal as suas intenções com o respetivo pedido de apoio financeiro.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Votamos favoravelmente conscientes da necessidade de apoiar e investir em pequenas obras no mundo rural, como forma de ajudar à coesão territorial do concelho e inverter a tendência da baixa densidade populacional, cada vez maior no mundo rural. No entanto, não deixamos de constatar que todos os apoios concedidos surgem na abrangência de executivos liderados pelo Partido que sustenta a maioria do atual executivo municipal; resta-nos pensar que os executivos liderados nas respectivas juntas de freguesia pelo Partido Socialista não tivessem apresentado qualquer pedido a solicitar o respetivo apoio; já que, pelo conhecimento que temos do concelho este tipo de pequenos investimentos para fazer face a estas necessidades são visíveis em todas as freguesias. Assim, saudamos o executivo municipal pelos apoios concedidos, na esperança que outros serão concedidos para os mesmos fins, ou similares, sejam em territórios liderados por executivos do Partido maioritário ou por executivos de outra cor partidária.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

-----APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA MEMBROS PRESENTES.

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

----- **Fizeram declaração de voto as seguintes Membros:** Ana Maria Ferreira Brás e Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida. -----

PONTO 4.5 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre o texto da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas, sobre “ Defesa dos Doentes Oncológicos”

----- Seguidamente se transcreve a Moção da Assembleia Municipal de Bragança previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

Certifica que, na ata da sexta reunião da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada no dia **dezasseis de abril do ano de dois mil e catorze**, no auditório **“Paulo Quintela”, em Bragança, na qual participaram os doze Membros** que a constituem, se encontra aprovada, em minuta, a seguinte **deliberação:**

“ MOÇÃO

NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUCOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS

----- Considerando que é uma obrigação dos autarcas a defesa dos interesses da população que representam;

----- Considerando que o acesso aos medicamentos para o tratamento mais adequado dos doentes oncológicos está a ser posto em causa, contra os interesses legítimos dessa população que temos a obrigação de defender;

----- Considerando que tal medida afeta milhares de doentes em situação de grande fragilidade e que, lutando contra uma doença grave, não podem estar sujeitos a ações que contribuam para degradar a qualidade dos serviços de saúde que lhes são prestados;

----- Importa que todos os cidadãos do país, e os autarcas em particular, tomem conhecimento que o despacho n.º 13877-A/2013, publicado em Diário da República de

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

30/10/2013, tem implicações graves para as populações. Essas implicações têm sido amplamente discutidas pela comunidade médica, pela Ordem dos Médicos, pelas associações de defesa dos doentes oncológicos e difundidas pela comunicação social nacional.....

-----O despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excepcional para uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: os IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto.

----- Importa tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo seu Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem:

- que o referido despacho é “discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata”;

- que o despacho é “atentatório da saúde dos doentes, gerador de profundas desigualdades regionais, afastando os doentes do interior do país da acessibilidade a potenciais terapêuticas, potenciador de racionamento e que se baseia em explicações sem fundamento”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra são discriminados negativamente no acesso a terapêuticas inovadoras que careçam de autorizações especiais de utilização (AE)”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias que passam a ser obrigados a percorrer, alguns já em condição mais débil, são mais rapidamente condenados à morte”;

- que muitos hospitais do país “passam a ser proibidos de tratar alguns doentes que possam beneficiar de terapêuticas que necessitem de AE do INFARMED! ”

-----O despacho refere ter “o objetivo de reforçar a racionalidade, equidade e excepcionalidade do recurso a estas Autorizações Excepcionais (AE) para medicamentos dependentes de avaliação prévia pelo INFARMED”. Os médicos oncologistas e a Ordem dos

Médicos consideram que estas explicações “são enganadoras e as consequências serão as opostas”, como a seguir apontam:.....

“1 – A autorização de AE não depende do hospital de origem do pedido mas sim do caso clínico e da fundamentação técnica e científica da utilização do medicamento proposto.

2 – Obrigar doentes do interior a percorrer grandes distâncias para poderem ser tratados não gera equidade, bem pelo contrário, agrava tremendamente as desigualdades.

3 – Ao afastar os doentes da acessibilidade à terapêutica não se introduz racionalidade mas sim racionamento geográfico, o que é inadmissível.....

4 – Os hospitais que, prejudicando doentes, bloqueavam pedidos de AE, manterão o mesmo comportamento, agora não enviando os doentes para os ditos e limitados Centros Especializados para utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM).....

5 – Ao concentrar mais doente em Hospitais que já têm tempos de espera, vai atrasar-se ainda mais a análise e o processo terapêutico destes doentes, que correrão o risco de morrer antes de receberem o tratamento que lhes pode prolongar significativamente e melhorar a qualidade de vida.

6 – Há muitos centros de excelência no tratamento de doenças oftalmológicas e oncológicas fora dos três grandes centros médicos do país, o acesso ao conhecimento científico e aos protocolos terapêuticos é universal, as AE são autorizadas pelo INFARMED, o que garante o seu rigor de aprovação, pelo que o presente Despacho é totalmente desprovido de necessidade e de sentido.

7 – O despacho contraria a responsabilidade científica no exercício da profissão médica e a relação de confiança entre médico e doente para os médicos especialistas que trabalham fora destes centros, porque a sua decisão passou a ter que ser validada por colegas destes centros (quicá até menos graduados e com menor tempo de exercício da especialidade).....

8 – O significativo número de AE utilizadas pelos médicos para poderem tratar os seus doentes deve-se apenas ao extraordinário atraso, em muitos casos de vários anos, imposto artificialmente pelo INFARMED à aprovação de inovação terapêutica, com graves prejuízos de muitos doentes. Por exemplo, há fármacos na área da Oncologia, sem alternativas terapêuticas,

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

com atraso de quatro anos na decisão de comparticipação, numa forma explícita e intolerável de racionamento”

-----Atendendo ao aqui exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, em sessão de 29 de Abril de 2014, deliberou por unanimidade:

1 – Manifestar a sua total discordância com o teor do Despacho n.º 13877-A/2013, de 30 de Outubro do Secretário de Estado da Saúde;

2 – Manifestar a sua total solidariedade com os doentes oncológicos do nosso concelho, da nossa região e de todo o país;

3 – Defender a suspensão imediata deste Despacho e a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde que visem a procura de soluções adequadas ao correto e racional tratamento dos doentes, sem quaisquer disparidades geográficas e sem restrições no acesso a novos medicamentos aprovados na União Europeia;

4 – Apoiar as iniciativas da Ordem dos Médicos, do seu Colégio de Oncologia, dos médicos oncologistas e das associações de defesa dos doentes oncológicos contra a implementação deste Despacho e contra todas as medidas que visem racionar, dificultar ou impedir o acesso dos doentes com cancro aos medicamentos que permitam tratá-los com maior eficácia, melhores resultados e nas instituições de maior proximidade;

5 – Reconhecer que em todos os hospitais do nosso país onde existem unidades de tratamento de doentes com cancro, há médicos oncologistas com elevada competência, que merecem a confiança dos seus doentes e que, por isso, também merecem o nosso apoio e reconhecimento;

6 – Dar conhecimento da aprovação desta Moção por parte da Assembleia Municipal de Bragança a:

- Sua Excelência o Presidente da República

- Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República

- Sua Excelência o Primeiro-Ministro

- Sua Excelência o Ministro da Saúde

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

- Exma. Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde.....
- Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Exmo. Bastonário da Ordem dos Médicos
- Colégio de Oncologia da Ordem dos Médicos
- Associações de defesa dos doentes oncológicos
- Órgãos de Comunicação Social”
- Após análise e discussão da moção, foi deliberado, por unanimidade, agendar o assunto para a sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de abril.**
- a) Luís Manuel Madureira Afonso”

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESM MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – João Adriano Rodrigues

Segunda Secretária – Susana Andrea Ferreira Taveira

2-RESTANTES MEMBROS

Amândio dos Anjos Gomes

Anabela Pires Antunes dos Anjos

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

António Eduardo Fernandes Malhão
Filipe Osório Caldas
Isabel Maria Lopes
João Paulo Alves da Cruz Castanho
Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira
José Luís Baltasar
Júlio da Costa Carvalho
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Cristina Ramos Raposo
Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro
Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo do Nascimento
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco Augusto Pilão Cadavez

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Ana Maria Ferreira Brás
Armando Augusto Lopes *
Bruno Viriato da Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos
José Carlos Vasco Jecas *
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula
Orlando Augusto Matos Pontes *
Patrício Teixeira Afonso *
Pedro José Rego *

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Amâncio José Catarino Ferreira
Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida
Artur Jorge Fernandes Estevinho
Henrique da Costa Ferreira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
Luís Carlos Pires do Vale
Maria Isabel Barreiro Ribeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

António Alberto Vaz Pereira Morais

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Francisco Luís Pires Pinheiro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	António Manuel Teixeira Batista
UF- Aveleda / Rio de Onor	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	Luís Filipe Pires Carvalho
Carragosa	Jorge Augusto Ala
UF – Castrelos / Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Donai	Carlos Bruno Afonso **
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Gimonde	António Manuel Choupina Assares
Gondesende	Augusto David Afonso Pires
Gostei	Rui Manuel da Costa Gonçalves
UF- Izedal/ Calvelhe/Pard Nova	Luís Filipe Pires Fernandes
Macedo Mato	Manuel Augusto Crisóstomo
Mós	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira	José António Prada
Outeiro	César Gustavo Garrido
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadrinénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014

Quintela Lampa	Miguel Francisco Pinto
Rabal	Jaime Rodrigues Loureiro
UF –Rebordainhos/ Pombares	José Jorge Martins Caminha
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
UF -Rio Frio/Milhão	Adriano Augusto Ferreira
Salsas	Pedro Miguel Ramos Zoio
UF- S.Julião Palácios/Deilão	Altino Francisco Pereira Pires
São Pedro Serracenos	Humberto José dos Santos
UF – Sé/Santa Maria/Meixedo	José Júlio Vaz Pires
Sendas	Marco Paulo Jesus Frei **
Serapicos	Rui Fernando Pires Caetano
Sortes	António João Pires
Zoio	Hélder Jorge dos Santos

* - Membro Suplente

** - Substituto Legal

**B - CÂMARA:
PRESENÇAS**

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Paulo Jorge Almendra Xavier (Vice-Presidente)

Humberto Francisco da Rocha

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Baptista

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que, depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município.....

Assembleia Municipal de Bragança, 08 de maio de 2014

ML

Certidão Geral – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal (Quadrinénio 2013/2017), realizada em 29/04/2014